

## Congresso aprova LDO. Gasto de estatal só com Orçamento

Acordo partidário firmado na semana passada assegurou ontem a aprovação da lei que indica as prioridades de gastos e estabelece regras a serem observadas pelo governo na elaboração da proposta orçamentária do próximo ano. Uma das mudanças aceitas pela relatora, senadora Serys Slhessarenko, exclui as estatais da regra que permite a execução provisória do Orçamento, no caso dos investimentos, se o projeto orçamentário a ser enviado pelo Executivo ao Congresso não for aprovado e sancionado até 31 de dezembro. **5**



Observada por Garibaldi (que preside a sessão), Serys defende a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias: acordo amplo permite a aprovação tranqüila da matéria pelo Congresso

### Senado decide não criar cargos em comissão para gabinetes

Garibaldi Alves, presidente do Senado, anunciou que, por falta de unanimidade, a Mesa diretora decidiu não encaminhar ao Plenário a proposta que criava cargos em comissão para os gabinetes dos senadores e lideranças, e resolveu arquivar a matéria. Segundo o senador, a repercussão negativa na imprensa contribuiu para a deliberação do colegiado. Ele disse que as provas do concurso público já autorizado serão realizadas em setembro. **3**



Henrique Meirelles (D) é conduzido à CAE por Garibaldi Alves e Aloizio Mercadante

### Meirelles: metas de inflação serão mantidas

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou ontem em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos que a instituição tem o compromisso de cumprir as metas de inflação, para evitar o seu crescimento. Ele também anunciou que os investimentos estrangeiros nos 12 meses contados até maio último foi de US\$ 38 bilhões, "o maior registrado até hoje". **7**

### Registro de carro em Detran pode ser suficiente

A Comissão de Meio Ambiente aprovou a dispensa de registro em cartório de contratos de compra de veículos. A proposta segue para a CCJ. **8**

### Eleitos senadores para Comissão Representativa

O Plenário elegeu os oito senadores que integrarão, junto com 17 deputados, a comissão que representará o Congresso durante o recesso. **2**

Plenário elegeu os oito membros da Casa que integrarão, juntamente com 17 deputados, o colegiado encarregado de representar o Congresso durante o recesso



Congresso terá recesso de 18 a 31 de julho e será representado por colegiado mesmo em caso de convocação extraordinária

## Definidos os senadores para a Comissão Representativa

O PLENÁRIO ELEGEU ontem os senadores que integrarão, de 18 a 31 de julho, a Comissão Representativa – colegiado encarregado de representar o Congresso durante o recesso. Falta ainda a Câmara indicar os deputados que comporão a comissão.

Foram eleitos, como titulares, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Adelmir Santana (DEM-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), João Ribeiro (PR-TO), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Serão suplentes Demostenes Torres (DEM-GO), Marconi Perillo (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS), Neuto de Conto (PMDB-SC), Renato Casagrande (PSB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-

CE), Gim Argello (PTB-DF) e Jefferson Praia (PDT-AM).

Prevista na Constituição, a Comissão Representativa é composta por oito senadores e 17 deputados, e funciona nos recessos parlamentares mesmo quando há convocação extraordinária do Congresso.

Entre as atribuições do colegiado, destacam-se: deliberar sobre sustação de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, desde que se caracterize a necessidade urgente da medida cautelar; sobre projeto de lei relativo a créditos adicionais, desde que a Comissão Mista de Orçamento tenha emitido parecer a respeito deles; sobre

projetos que prorroguem prazo de lei ou tratem de atos internacionais, quando o prazo da lei ou a data limite para o Brasil se manifestar sobre o acordo ocorra durante o recesso ou nos dez dias subsequentes a seu término; sobre autorização para que o presidente ou o vice-presidente da República se afaste do país por mais de 15 dias; sobre convocação de ministros de Estado; e sobre o encaminhamento de requerimentos de informações a autoridades.

Os integrantes da Comissão Representativa são indicados pelas lideranças partidárias. Preside a comissão um membro da Mesa do Senado, sendo a vice-presidência atribuída a um membro da Mesa da Câmara.



Garibaldi discursa em cerimônia, ao lado de Alonso Pena, Ricardo Peidró, Vicente Herrera Campo, Agaciel e Denise Zoghbi (D)

## Senado faz convênio com universidade espanhola

Um convênio de colaboração internacional com a Universidade de Salamanca, para a capacitação de servidores, foi assinado ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, e pelo reitor da instituição espanhola, José Ramon Alonso Peña.

A parceria vai permitir que os alunos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) realizem atividades conjuntas com os professores e alunos da Universidade da Salamanca. O texto-base do convênio aponta as linhas mestras das discussões que pautarão os eventos e estudos acadêmicos a serem realizados em parceria:

qualidade dos poderes públicos e cumprimento do princípio de legalidade; modernização e mudança no setor público; localização dos fenômenos de corrupção e más práticas no marco jurídico de uma cultura de qualidade pública; e o impacto da gestão privada no setor público (gerencialismo X burocracia).

Na solenidade de assinatura, Garibaldi frisou que a formalização da parceria “coroa os esforços empreendidos pelas duas instituições desde outubro de 2007, quando foi assinado um protocolo de intenções”.

O reitor Alonso esteve acompanhado do presidente da

Junta de Castilla y León (comunidade autônoma no nordeste da Espanha, região onde fica Salamanca), Juan Vicente Herrera Campo, e do embaixador da Espanha no Brasil, Ricardo Peidró. Também esteve no evento o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

### Abordagem

De acordo com a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, a idéia é realizar ao menos um encontro anual entre ILB/Unilegis e Universidade de Salamanca. O primeiro está previsto para abril do próximo ano e trará para o Brasil a experiência da Espanha no combate à corrupção.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário analisa programação monetária

A sessão, às 14h, é deliberativa. Na pauta, a programação monetária do quarto trimestre de 2007 e do primeiro trimestre de 2008.



## Garibaldi recebe o presidente da Lituânia

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 10h30, a Comenda do Dia de Minas, em Mariana (MG), que será entregue pelo governador Aécio Neves. Às 15h30 par-

ticipa da cerimônia de sanção da lei que cria o Piso Salarial Nacional dos Professores, no Palácio do Planalto. Em seguida, recebe o presidente da Lituânia, Valdas Adamkus.

## Programas de transferência de renda

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, entre os 21 itens em pauta, projeto que impõe a divulgação na internet de recursos da União utilizados em programas de transferência de renda de estados e municípios. Ainda, tramitando em conjunto, três projetos que dispõem sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde. A reunião da CCJ será às 10h.



## Limitação para cobrança de ponto extra de TV a cabo

Às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa, entre outros, substitutivo ao projeto que limita cobrança pelo ponto extra de TV a cabo. Em pauta, ainda, 30 projetos de outorga ou renovação de concessões e permissões para emissoras de radiodifusão.

## Fornecimento de próteses poderá ser tema de audiência

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), vota, às 9h30, cinco requerimentos. Entre eles, o que propõe audiência para debater o fornecimento de órteses e próteses no país.

## CAS debate incentivo ao uso de energia solar

Em reunião às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar proposta que altera o Estatuto da Cidade com a finalidade de incentivar a utilização de energia solar.

Ainda, entre os 17 itens da pauta, projeto que isenta da cobrança de Imposto de Renda a remuneração de férias e do décimo terceiro salário dos trabalhadores.

## CRE vota textos de acordos internacionais

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se para votar textos de acordos e protocolos internacionais.

## Rosalba destaca parceria entre universidade potiguar e Marinha

Os dez anos de parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Marinha para pesquisas no arquipélago de São Pedro e São Paulo, integrante do território de Pernambuco, foram destacados por Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

A localização do arquipélago, próxima a Natal e Fernando de Noronha, é estratégica, por per-

mitir a extensão da Zona Econômica Exclusiva (mar territorial) do Brasil até o meio do oceano Atlântico, disse a senadora.

– Ali se fazem principalmente pesquisas oceanográficas e ambientais, com participação dos pesquisadores da UFRN.

Em 1832, segundo Rosalba, o arquipélago recebeu a visita do naturalista Charles Darwin.



Paulo Lima

Sant'Anna, entre Simon e Mesquita Júnior (D), recebe saudação de Garibaldi

## Jornalista é homenageado por premiação do Senado francês

O jornalista Francisco Sant'Anna, da TV Senado, foi homenageado pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, devido à premiação obtida no Senado francês pela realização da pesquisa *Mídia das fontes: um novo ator sobre a paisagem jornalística brasileira*. O trabalho, defendido como tese de doutorado em Ciências da Informação e Comunicação na Universidade de Rennes, foi agraciado pela Câmara Alta daquele país com o prêmio *Le Prix des Thèse du Senat*.

A pesquisa analisa a criação – pelo poder público, entidades e movimentos sociais – de veículos de comunicação de massa próprios destinados a uma comunicação direta com a opinião pública, sem a intermediação da imprensa tradicional.

Sant'Anna demonstra como a mídia convencional precisa dos serviços da estrutura midiática do Senado. Ele cita como

exemplo o caso das centenas de rádios espalhadas pelo país que só têm acesso à cobertura político-parlamentar de Brasília devido ao trabalho da RádioAgência Senado.

Na homenagem, Garibaldi Alves determinou a formação de comissão para criar um prêmio de teses no Senado brasileiro. A premiação seguirá o modelo do *Le Prix des Thèse du Senat* e será voltada para a produção acadêmica dos profissionais da Casa.

Sant'Anna, jornalista da TV Senado, é editor do programa *Diploma*, revista de política internacional da TV, e um dos âncoras do programa *Argumento*, de entrevistas com os senadores.

Participaram da homenagem os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS), além do diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Helival Rios.

## Exedito Júnior contesta críticas a Ivo Cassol

Exedito Júnior (PR-RO) respondeu ontem a críticas feitas no dia anterior por Fátima Cleide (PT-RO) ao governador de Rondônia, Ivo Cassol. Segundo ela, o chefe do Executivo estaria sendo omisso em relação às reivindicações de policiais e bombeiros militares, cuja greve terminou ontem.

O senador disse que Ivo Cassol buscou o entendimento com as lideranças dos servidores, como o grupo liderado por mulheres de policiais militares, e informou que projeto de lei prevendo reajuste para o funcionalismo será encaminhado ao Legislativo a partir de 5 de agosto.

Exedito Júnior adiantou que o Executivo pretende contemplar todos os servidores estaduais com a proposta, em vez de privilegiar uma categoria específica com reajustes salariais.

– O governador não poderia ser irresponsável e dar aumento só para os policiais militares.

## Fátima Cleide anuncia fim da greve de policiais

Fátima Cleide (PT-RO) comunicou ao Plenário a suspensão, por 15 dias, da greve dos bombeiros e policiais militares de Rondônia, para prosseguimento das negociações com o governo do estado.

As principais reivindicações, segundo a senadora, são a reposição salarial dos servidores militares e civis e a redução da jornada de trabalho. O acordo, que acarretou a suspensão da greve, disse Fátima Cleide, prevê que no dia 31 os integrantes do movimento realizarão assembleia conjunta para avaliar o resultado das negociações.

– Caso não seja negociada uma proposta minimamente satisfatória, em 1º de agosto haverá nova paralisação nos quartéis e uma greve geral dos servidores públicos de Rondônia.

Fátima Cleide comemorou ainda os 18 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Garibaldi Alves explica em entrevista que repercussão negativa do assunto na imprensa contribuiu para que a Mesa decidisse pelo arquivamento de proposta

# Mesa do Senado decide não criar cargos em comissão

A MESA DO Senado Federal decidiu ontem não encaminhar ao Plenário a proposta que criava cargos em comissão para os gabinetes dos senadores e das lideranças partidárias, e resolveu arquivar a matéria. Segundo nota oficial lida pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, após consulta a integrantes da Mesa diretora, não houve unanimidade em torno da proposta.

– Os membros da Mesa consideraram que a oportunidade para a criação dos cargos não seria esta – comentou o senador, pouco antes da divulgação da nota.

Garibaldi salientou que as resoluções que precisam ser encaminhadas ao Plenário são tradicionalmente adotadas por consenso entre os membros da Comissão Diretora – também chamada de Mesa. Com a decisão, foi cancelada a reunião da tarde de ontem que deveria tratar do assunto.

– Essas decisões [tomadas pela Mesa e que necessitem ser encaminhadas a Plenário] realmente são tomadas por unanimidade. Na hora em que não houve a unanimidade, se afastou a possibilidade de se ter a decisão. Quem sai fortalecido é o Senado, que soube reconhecer, por meio da Mesa, que a medida não era oportuna – observou o presidente do

Senado.

Garibaldi Alves disse que a repercussão negativa que o assunto teve na imprensa contribuiu para que a Mesa resolvesse arquivar a proposta. Em sua opinião, a decisão é benéfica à imagem do Congresso Nacional. O senador fez questão, entretanto, de registrar que não considera “tão equivocada” a posição dos parlamentares que defendem a criação dos cargos. Entende que, como presidente da Casa, deve “ser sensível a todas as posições”.

A justificativa dada para o ato, que teria sido proposto pelo 1º secretário, Efraim Morais (DEM-PB), a partir de requerimento assinado pelos líderes, foi a deliberação da Câmara dos Deputados de aumentar a verba dos gabinetes dos parlamentares daquela Casa, em abril deste ano.

De acordo com o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, que concedeu entrevista na quinta-feira, é tradição no Congresso, sempre que a Câmara aumenta sua verba de gabinete, o Senado criar cargos, a fim de igualar as despesas entre os gabinetes das duas Casas. Os cargos que seriam contratados sem concurso teriam vencimen-

tos de R\$ 9.979,24.

O presidente do Senado afirmou que as provas do concurso público já autorizado serão realizadas em setembro próximo. Ele disse que as providências estão sendo tomadas e que serão 150 vagas destinadas a apoio à ação parlamentar, ao setor de comunicação social e a outras áreas do quadro efetivo.

Eis a íntegra da nota divulgada por Garibaldi:

“O presidente do Senado Federal, após consulta a membros da Mesa Diretora, houve por bem cancelar a convocação da mesma para a data de hoje, face o assunto em pauta – contratação de cargos em comissão – ter sido objeto de entendimento pela sua não efetivação, considerando a ausência de unanimidade em torno do assunto.”

**“Decisão fortalece o Senado, que soube reconhecer que medida não era oportuna”, afirma Garibaldi**

### Eleições

Garibaldi Alves informou também que, conforme acerto feito com as lideranças partidárias, o calendário de atividades do Senado Federal para os meses de agosto e setembro deste ano – com um possível esforço concentrado em virtude das eleições – será decidido no próximo mês.



Leopoldo Silva

Segundo Papaléo, entre Augusto e Valter Pereira, houve mal-entendido quando se disse que cargos já haviam sido criados

## Em Plenário, senadores debatem decisão

A decisão da Mesa do Senado de não criar novos cargos comissionados para os gabinetes dos senadores foi debatida em Plenário, no início da sessão. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) louvou o recuo da Mesa. Já Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou alguns senadores que, em sua opinião, teriam usado o caso para “se fazerem de arautos da moralidade”, mas acabaram desgastando ainda mais a imagem do Senado.

Suplicy informou que encaminhara carta a Garibaldi Alves solicitando que a questão fosse decidida em Plenário, e opinou que possíveis novos cargos sejam preenchidos por meio de concurso público.

– Acho importante que deci-

sões dessa natureza sejam objeto da mais ampla transparência – enfatizou.

Papaléo Paes, que é suplente da Mesa diretora, afirmou que o que estava sendo chamado de “decisão da Mesa”, acerca da criação dos cargos, havia sido apenas uma discussão, uma vez que não fora realizada nenhuma votação formal. Segundo o senador, houve um mal-entendido quando se disse que a decisão já estava tomada. Até porque, explicou, a criação de cargos teria que passar pelo Plenário, e os membros da Mesa sabiam disso. Ele acrescentou que todos os 81 senadores tinham conhecimento da demanda de cargos nos gabinetes e lembrou que nenhum parlamentar seria

obrigado a nomear ninguém se não quisesse.

– Estou mostrando a minha cara, porque tenho que ter aqui a mesma cara que tive lá dentro daquelas quatro paredes [onde ocorreu a reunião da Mesa]. É por isso que eu não admito que algum companheiro daqui fique usando isso, como eu digo, “surfando em cima de tubarão” – afirmou.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), também integrante da Mesa, na condição de 2º vice-presidente do Senado, observou que a questão havia sido mal encaminhada, mas acabava bem, embora tivesse começado mal.

– A Mesa não deverá discutir mais esse assunto – disse.

Foto de Leopoldo Silva



Governador buscou o entendimento com grevistas, afirma Exedito Júnior

Foto de Márcia Kollme



Fátima Cleide diz que pode haver nova paralisação de PMs e bombeiros

Foto de Leopoldo Silva



### Papaléo pede desculpas

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu desculpas à servidora do Senado Emília Maria Ribeiro, indicada para uma vaga no Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O senador, na segunda-feira, mencionou a indicação de Emília como exemplo da "prática do governo de partidarizar nomeações dos dirigentes das agências reguladoras" e disse que ela não tinha experiência na área. Ele culpou sua "falta de atenção" por ter endossado crítica publicada na imprensa.

– Emília é preparada, competente, tem doutorado e é qualificada tecnicamente. Ela é vice-presidente do Conselho Consultivo da Anatel, é ligada à área. Peço desculpas publicamente pela injustiça que cometi.

### Infra-estrutura para rodovias de MS

Valter Pereira (PMDB-MS) cobrou a conversão das perdas de arrecadação de Mato Grosso do Sul com a renúncia fiscal imposta pela Lei Kandir (87/96) em obras de infra-estrutura na malha rodoviária do estado e na restauração da ferrovia que escoou a produção de grãos.

O senador pediu ainda a derrubada do veto presidencial à emenda de sua autoria ao Plano Plurianual destinando R\$ 1,3 bilhão para o trecho ferroviário Maracaju (MS) – Cascavel (PR). Ele já tratou do assunto com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

### Botelho registra 118 anos de Boa Vista

A comemoração, em 9 de julho, dos 118 anos da capital de Roraima, Boa Vista, foi registrada por Augusto Botelho (PT-RR).

– Quero fazer uma homenagem à cidade que foi o primeiro povoamento de Roraima com características urbanas e que hoje é a maior cidade de nosso estado. Hoje, Boa Vista é uma cidade plana, arejada, que impressiona pelo seu traçado moderno e pela sua arborização – disse o senador.

### Camata elogia 3ª edição de livro

O lançamento da terceira edição do livro *Viagem de Pedro II pelo Espírito Santo*, de autoria do historiador Levy Rocha, foi destacado por Gerson Camata (PMDB-ES).

A obra, que retrata uma viagem feita ao território capixaba pelo imperador, em 1860, foi lançada ontem pelo governador Paulo Hartung. A segunda edição do livro foi editada quando Camata governou o Espírito Santo.

O senador explicou que essa viagem de dom Pedro II contribuiu para o início da ocupação do território do Espírito Santo que, no período colonial, fora usado como barreira para impedir o acesso de estrangeiros às jazidas de ouro de Minas Gerais.

– Dom Pedro II, naquela viagem, mostrou o Espírito Santo ao mundo – disse Camata.



Foto de Leopoldo Silva

### Osmar Dias cobra votação de projeto

A votação, pela Câmara, de projeto que atualiza a regulamentação dos estágios foi cobrada por Osmar Dias (PDT-PR). Ele é o autor da proposta (PL 2.419/07, na Câmara), que foi objeto de acordo com os líderes governistas. O senador contou ainda ter conversado com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, sobre a tramitação do projeto, a pedido do ministro da Educação, Fernando Haddad.

– Chinaglia disse que a pauta da Casa está trancada por medidas provisórias. Não dá mais para acreditar em acordo desse jeito – observou.

### Fundo Permanente da Renda Básica

O fundo permanente para financiar o projeto Renda Básica de Cidadania foi lançado na sexta-feira, em São Paulo, anunciou Eduardo Suplicy (PT-SP). O projeto foi apresentado pelo próprio senador e pelo coordenador do Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Carlos Mereghe. De acordo com Suplicy, o fundo já recebeu as primeiras doações.

Suplicy também informou que Paranapiacaba (SP) voltará a contar com o serviço de transporte por meio de trem turístico.

Requerimento a ser enviado ao ministro da Justiça, Tarso Genro, e que contou com o apoio do presidente Garibaldi Alves requisita cópia integral do processo criminal

## Heráclito Fortes quer saber se é alvo de operação da PF

O SENADOR HERÁCLITO Fortes (DEM-PI), em discurso feito ontem, apresentou requerimento pedindo o envio de um ofício ao ministro da Justiça, Tarso Genro, exigindo informações para esclarecer se ele próprio é alvo de investigação da Operação Satiagraha, deflagrada pela Polícia Federal este mês. Na citada operação, foram presas, por determinação de um juiz federal de São Paulo, 24 pessoas, dentre elas o banqueiro Daniel Dantas, o megainvestidor Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Os três e outros detidos foram, posteriormente, libertados por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Na justificativa do pedido, o parlamentar explicou que seu



Gerardo Magalhães

Heráclito afirma que foi exposto de forma ilegal

nome aparece em diversas matérias jornalísticas, com trechos de interceptações supostamente obtidas por ordem judicial, o que configuraria vazamento dos "autos dos inqueritos". Essa conduta, acrescentou Heráclito, "impõe a análise de vários aspectos jurídicos, inclusive de natureza cível, criminal e administrativo-funcional".

### Pedro Simon pede justiça para todos e não para alguns

Ao discursar ontem, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o momento vivido pelo Brasil – em especial as consequências da chamada Operação Satiagraha, da Polícia Federal (PF) – demonstra a necessidade de os governantes e a população fazerem "uma análise profunda" do país.

Segundo Pedro Simon, muito já foi debatido sobre a operação da PF, as pessoas presas e as atitudes do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. O senador disse acreditar que a PF cumpriu sua missão e que o presidente do STF merece "respeito e credibilidade".

– Pode-se concordar, divergir, mas não se pode deixar de reconhecer a credibilidade que sua excelência merece – ponderou.

O senador questionou as razões de a prisão de um "grande banqueiro" ser manchete da maioria dos jornais, enquanto a de uma pessoa pobre não tem a mesma atenção.

– Por que o dono do banco apareceu na manchete? Por causa da raridade. Era um fato tão raro! Nunca tinha acontecido. Por isso, foi manchete – avaliou.

Na opinião de Simon, "é a hora de o Brasil produzir justiça para todos e não para alguns".



Leopoldo Silva

Pedro Simon diz que destaque a Dantas nos jornais deve-se à raridade do fato

### Casagrande acha normal divulgação do caso Dantas

Ao discursar ontem no Plenário, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) considerou como "natural e normal" a divulgação de informações sobre as prisões efetuadas pela Polícia Federal. Para ele, ao noticiar as prisões, os meios de comunicação prestam um serviço público e educativo.

– Isso demonstra o trabalho da Polícia Federal, polícia que merece e precisa de todo o nosso apoio nas ações que tem desenvolvido, e eu particularmente apóio. Não quero um Estado policialesco, mas apóio o trabalho que a Polícia Federal desenvolve. Eu acho que as prisões podem e devem ter publicidade. Acho que os meios de comunicação merecem, precisam e até prestam um serviço quando vemos que, de fato, não só as pessoas carentes e pobres deste país são presas e são expostas à população – avaliou.

Entretanto, Renato Casagrande ponderou que o uso de algemas, seja na prisão temporária de pobres ou de ricos, deve ocorrer apenas quando houver resistência à prisão. Na avaliação do senador, as consequências da Operação Satiagraha da PF apontam para o fortalecimento de instituições do país, como a própria PF, o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário.



Leopoldo Silva

Para Sérgio Guerra, ação da polícia também necessita de limites

### "Brasil precisa coibir influência da plutocracia"

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse ontem da tribuna que o Brasil precisa enfrentar a influência daqueles que se enriqueceram rapidamente às custas dos cofres públicos, os quais chamou de plutocratas, e também coibir os exageros da Polícia Federal, que, segundo ele, "não são da democracia". A fala do senador foi feita em referência à recente Operação Satiagraha, em que foram presos o banqueiro Daniel Dantas, o megainvestidor Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta.

– Primeiro, elogio a ação da Polícia Federal, pela sua oportunidade, pelos serviços que presta ao país no enfrentamento desses grupos de pressão. Mas a Polícia Federal tem que ter limites – assinalou o parlamentar, para quem o ministro da Justiça, Tarso Genro, precisa falar menos e atuar com mais tranquilidade.

Sérgio Guerra propôs que o Congresso Nacional busque produzir leis que aprimorem a ação das instituições no combate à plutocracia, que, segundo ele, é crescente no Brasil e sempre surge de maneira milagrosa.



Marcio Mariz

Renato Casagrande acredita que publicidade fortalece a democracia



Ao lado de Garibaldi (D), Carlos Nuzmann e Bernard acompanham a votação

Fotos de Moreira Matiz

## Rio terá verba para candidatura às Olimpíadas

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem, em sessão conjunta, o projeto de lei que abre crédito suplementar no montante de R\$ 85 milhões para viabilizar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A matéria, que havia sido acolhida ainda ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO),

será enviada agora à sanção presidencial.

A votação da proposta foi acompanhada em Plenário pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzmann, e pelo ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman. Parlamentares fluminenses, entre os quais o senador Francisco Dornelles (PP), comemoraram

a aprovação dos recursos.

O Rio de Janeiro, que foi sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, concorre com Chicago (EUA), Madri (Espanha) e Tóquio (Japão) pelo direito de sediar as Olimpíadas de 2016. A escolha da sede, que será feita pelo Comitê Olímpico Internacional, deverá ser anunciada no próximo ano.

# Estatal terá de esperar Orçamento para investir

Decisão está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada ontem à noite pelo Congresso Nacional. Texto vai à sanção presidencial

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, em que são indicadas as prioridades de gastos e fixadas regras para a elaboração da proposta orçamentária do próximo ano, com chegada ao Legislativo prevista para até 31 de agosto. Confirmando acordo partidário da semana passada, depois da primeira tentativa de votação da matéria, ficou de fora do texto regra que permitiria a execução provisória dos investimentos a cargo das empresas estatais, na base de doze avos de cada projeto ao mês, caso a lei orçamentária não fosse aprovada e sancionada até 31 de dezembro.

A exclusão dos investimentos das estatais foi um dos cinco destaques que, na reta final, receberam recomendação favorável da relatora do projeto da LDO, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Três deles foram aprovados e dois acabaram rejeitados na votação simbólica, depois de acordo entre os líderes. Um dos que não passaram foi o destaque liderado pelo senador Flávio Arns (PT-SC) com a finalidade de incluir as cooperativas de catadores de produtos recicláveis no rol das entidades sem fins lucrativos que poderiam receber no próximo ano recursos federais para investimentos (auxílios).

No substitutivo, acolhido há duas semanas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), a relatora já havia previsto transferências na forma de auxílios para entidades que atendem pessoas com deficiência. A objeção à extensão do benefício às cooperativas foi levantada pelo líder do DEM na Câmara dos Deputados, José Carlos Aleluia (BA).

### Metas sociais

Serys destacou o esforço de líderes, coordenadores de bancadas e do presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), para aprimorar o projeto e garantir sua votação dentro do prazo. A votação da LDO é uma condição para o Congresso entrar em recesso na próxima sexta-feira. A senadora registrou os avanços obtidos este ano, lembrando que o substitutivo saiu da comissão, pela primeira vez, incluindo metas e regras de prioridade também para gastos na área social, ao



No Plenário da sessão conjunta, a relatora da LDO, Serys Slhessarenko, defende sua proposta

lado das econômicas.

Sobre a retirada da regra que permitiria a execução provisória dos investimentos das estatais, na votação no Plenário do Congresso, Serys salientou que foi uma exigência da oposição, mas que ela espera que seja uma regra sem aplicação prática, pois acredita que o

Orçamento de 2009 será aprovado ainda este ano.

– Eu acredito que o Congresso vai aprovar a lei orçamentária até 31 de dezembro, porque a população nos enviou aqui para cumprirmos determinadas funções, entre as quais aprovar o Orçamento dentro do prazo. Do contrário, os homens e as mulheres deste país pagarão pelo que não devem – comentou.

O segundo destaque rejeitado foi uma proposição apresentada pelo deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), com a finalidade de promover a troca, no Anexo de Prioridades e Metas, de duas obras rodoviárias por uma terceira, considerada mais importante para os interesses daquele estado. A proposta não passou também por objeção levantada pelo líder do DEM, deputado José Carlos Aleluia. Ele argumentou que alterações desse tipo só são aceitáveis quando defendidas no âmbito da CMO, e não mais em Plenário.

Já os deputados Jovair Arantes (PTB-GO) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) foram bem-sucedidos nos destaques que lideraram. O primeiro assegurou a retirada de restrição à inclusão de recursos orçamentários para obras em perímetros de irrigação. No substitutivo de Serys, havia sido incluída regra que só permitiria a previsão de dotações quando a etapa anterior de cada projeto estivesse concluída e operando em pelo menos 70% da área de produção. Rollemberg garantiu alteração no texto para permitir pagamento, por serviços prestados, independentemente dos salários, para servidores de um conjunto de órgãos supervisionados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

### Mais votações

Após aprovado o crédito suplementar para possibilitar a candidatura do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas (veja matéria acima), o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, anunciou a suspensão da sessão e sua retomada hoje, a partir das 10h. A intenção é votar outros projetos com pedido de abertura de crédito, para atender a órgãos do Executivo e de outros Poderes.

## Veja algumas diretrizes que devem ser observadas no Orçamento de 2009

**Salário mínimo** – O valor de R\$ 453,67, a partir de fevereiro de 2009, se confirmada a expectativa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) embutida nesse cálculo, antecipa a nova regra de atualização do piso nacional, ainda em tramitação na Câmara. A medida assegura ganho equivalente à variação real do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

**Metas sociais** – O projeto da lei orçamentária do próximo

ano deverá conter avaliação do que foi cumprido e do que o governo pretende fazer em programas e ações da área social, como saúde, educação, saneamento, atendimento à criança e ao adolescente etc.

**Execução provisória sem limite** – Se o Orçamento não for aprovado até 31 de dezembro de 2008, o governo estará autorizado a gastar sem qualquer restrição recursos já incluídas na regra da LDO de 2008 (bolsas de estudo, estágio,

despesas obrigatórias, como pessoal e benefícios previdenciários). Essa lista cresceu com a inclusão da compra de alimentos para a formação de estoques reguladores e política de sustentação de preços mínimos ao produtor, mais as ações da Defesa Civil para prevenir e responder a desastres.

**Regra do duodécimo** – Outras despesas correntes de caráter inadiável, como o custeio da máquina federal (água, luz, telefone, manutenção de

elevador etc.), poderão ser executadas na proporção de 1/12 do orçado no projeto do Executivo a cada mês de demora na aprovação do Orçamento.

**Restos a pagar** – Não houve qualquer restrição aos recursos inscritos nessa rubrica orçamentária até 31 de dezembro de 2008. O governo continua autorizado a trabalhar com créditos orçamentários abundantes (além dos que estão na lei, os adicionais abertos no exercício mais os extraordinários relati-

vos à reabertura de crédito do exercício anterior e os inscritos em restos a pagar).

**Sistema S** – Entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo – como Sebrae, Sesc, Sesi e Sest (respectivamente da micro e pequena empresa, do comércio, da indústria e dos transportes) – serão obrigadas a divulgar pela internet sua prestação de contas sobre os recursos arrecadados das contribuições patronais e suas aplicações.

Representantes do Conselho Diretor do Parlamento Amazônico discutem políticas comuns para os países cujas fronteiras incluem a região

## Suplicy explica programa de renda básica

“É possível conseguirmos uma sociedade justa e igualitária a partir da distribuição de uma mesma renda para todos os cidadãos, independentemente de sua posição social, sexo ou etnia.” Com essa idéia, Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou ontem o Programa Renda Básica de Cidadania, de sua autoria, em reunião do Conselho Diretor do Parlamento Amazônico (Parlamaz).

Durante a apresentação, o senador citou Jesus Cristo, Karl Marx e Thomas More, entre outros, para dar exemplos de idéias de distribuição igualitária de riquezas. Suplicy disse aos parlamentares dos países amazônicos que a idéia da renda mínima vem sendo aplicada com êxito no Alasca, onde a população de determinadas regiões beneficia-se pela renda auferida com a produção de petróleo por meio da distribuição de *royalties*.

Suplicy motivou os parlamentares presentes a implantarem o Renda Básica em toda a América.

Participaram da reunião representantes da Bolívia, Colômbia, Peru, Suriname, Brasil e Venezuela. O objetivo do encontro é a elaboração de um plano estratégico para o Parlamento Amazônico.

# Secretário da OTCA quer uso exclusivo do nome Amazônia

O SECRETÁRIO-GERAL DA Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Francisco Ruiz, afirmou ontem, em palestra durante reunião do Conselho Diretor do Parlamento Amazônico, que os países que compõem o órgão devem buscar a adoção de políticas públicas comuns para a região. Ele citou como exemplos o Programa Renda Básica de Cidadania, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e a proposta do senador João Pedro (PT-AM) de desmilitarização das fronteiras.

Ruiz defendeu também a criação de uma política de cobrança de *royalties* que possam ser gerados com o uso da marca Amazônia. Para o secretário OTCA, os países que compartilham o Bioma Amazônia enfrentam

problemas sociais e econômicos comuns que devem ser abordados de forma cooperativa.

O secretário-geral citou o caso do cupuaçu, de cuja patente a empresa japonesa Asahi Foods apropriou-se indevidamente durante algum tempo, até que o Brasil ganhasse a batalha após decisão do Escritório de Marcas e Patentes japonês de anular a concessão.

Na opinião de Ruiz, o uso de marcas e patentes com produtos amazônicos deve ser de propriedade dos países da região, e seus rendimentos usados na adoção de políticas de desenvolvimento sustentável

para beneficiar as populações locais.

João Pedro defendeu, na reunião, políticas públicas diferenciadas para as cidades localizadas nas fronteiras. Para isso, segundo ele, é necessário que os governos nacionais dialoguem mais com as autoridades locais, como vereadores, prefeitos e líderes comunitários.

– Devemos romper com a fronteira militarizada e construir fronteiras com o marco da sociedade civil formada pelas populações tradicionais da região, os povos indígenas – declarou o senador pelo estado do Amazonas.

**Francisco Ruiz também defende a adoção de políticas comuns pelos países da região**

## Boliviana critica projeto de hidrelétricas no Madeira

A construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, foi debatida ontem no segundo dia da reunião do Parlamento Amazônico. A deputada boliviana Marisol M. Abán Candia disse que os estudos sobre os impactos socioambientais das obras devem ser debatidos com a Bolívia, país onde nasce o rio.

A representante da Assembleia Nacional da Bolívia afirmou que sua proposta se fundamenta no princípio do Direito

Internacional do uso equitativo e razoável dos recursos hídricos compartilhados entre dois ou mais países. Segundo esse preceito, toda vez que utilizar a água de uma fonte hídrica compartilhada, um país não deve privar os outros que o compartilham de seu uso equitativo e razoável, lembrou a deputada.

Marisol Abán observou que a discussão foi iniciada há cerca de 20 anos, mas as autoridades brasileiras negariam-se a reconhecer os impactos socioambientais no lado boliviano.

O senador João Pedro (PT-AM) declarou que o assunto é relevante para a Bolívia e para o Brasil e deve ser discutido entre os dois países. Ele explicou que o Bioma Amazônia – fauna, floresta e cursos d’água – ocupa um mesmo território dividido por fronteiras entre nações que devem reconhecer sua necessidade de cooperação e solidariedade para criar um desenvolvimento sustentável.

– Considero legítimo a deputada boliviana levantar essa questão – afirmou o senador.

## Embaixador relata situação da Bolívia

O embaixador da Bolívia, René Mauricio Dorsler Ocampo, discutiu o quadro político-institucional do seu país a partir da eleição do presidente Evo Morales, em 2005, em reunião ontem com os senadores José Nery (PSOL-PA) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Este ano, o governo boliviano convocou um referendo para revogar ou confirmar o mandato do presidente, do vice-presidente e dos governadores regionais. Na votação, marcada para 10 de agosto, parlamentares brasileiros deverão atuar como observadores, juntamente com representantes de todas as nações que integram o Mercosul – grupo de nações do qual a Bolívia participa como país associado.

De acordo com o senador José Nery (PSOL-PA), o referendo foi uma decisão corajosa e adequada com a atual situação da Bolívia no âmbito político.

– Esperamos que essa experiência possa fazer parte do arcabouço jurídico de outros países, inclusive do Brasil – acrescentou o senador pelo Pará.



Suplicy fala durante reunião do Parlamento Amazônico



Mesquita Júnior (E) e José Nery (C) na reunião sobre o país vizinho

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Geraldo Mesquita Júnior

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:**

Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## MOÇÃO DE PESAR POR NORTON GUIMARÃES

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) encaminhou à Mesa requerimento de voto de pesar pela morte de Norton Monteiro Guimarães, servidor da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), após acidente de moto. Norton era irmão de Honestino Guimarães, estudante da Universidade de Brasília (UnB) desaparecido em 1973, após ser preso pelo regime militar.

Na sessão do Congresso Nacional, Inácio Arruda (PCdoB-CE) encaminhou requerimento de moção de solidariedade à família de Norton Guimarães.

## ALVARO ANUNCIA FRENTE DA COMUNICAÇÃO

A criação da Frente Parlamentar da Comunicação Social, que discutirá propostas de regulação do setor, foi comunicada ao Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR). A frente conta com 190 deputados e 30 senadores.

– O Congresso há de reconhecer que temos a responsabilidade de modernizar a legislação da área.

Alvaro Dias observou ainda que o 4º Congresso Brasileiro de Publicidade, realizado em São Paulo, oferecerá subsídios para que o Legislativo debata o assunto e ofereça uma legislação moderna ao setor de publicidade.

## DORNELLES CELEBRA OS 80 ANOS DE CÉLIO BORJA

A passagem dos 80 anos do jurista Célio Borja, completados ontem, foi lembrada por Francisco Dornelles (PP-RJ). O senador destacou a competência e os serviços prestados por Borja ao país e ao Rio de Janeiro.

Dornelles detalhou a história política do jurista, que começou sua carreira em 1963, ao ser eleito deputado estadual da extinta Guanabara.

Em aparte, Marco Maciel (DEM-PE) deu seu testemunho sobre a “vida exemplar de Célio Borja”. Já o presidente da Casa, Garibaldi Alves, ressaltou a serenidade e a seriedade do jurista.

## SENADORA COMEMORA EMENDA PARA ESCOLAS

Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou alegria com a aprovação de uma emenda sua à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, votada ontem pelo Congresso Nacional. A senadora explicou que a emenda destina recursos para incrementar as escolas bilingües de fronteira, ampliando a capacitação e o número de professores para ensino de português e de espanhol. Essas escolas localizam-se em cidades brasileiras que fazem fronteira com os países do Mercosul. Marisa assinalou que a Argentina já investiu nas escolas de fronteira.

Para o presidente do Banco Central, ouvido ontem pela CAE, o mercado confia na capacidade das autoridades monetárias para manter os preços sob controle, o que beneficia especialmente a população de baixa renda

# BC vai manter metas para evitar o aumento da inflação, diz Meirelles

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Henrique Meirelles, disse ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a instituição tem o compromisso de cumprir as metas de inflação, para evitar o seu crescimento, e que o aumento dos preços esperado pelos analistas de mercado para este ano é de 6,48%. O dado foi levantado a partir da pesquisa semanal realizada pelo BC, a qual indica ainda a previsão dos analistas para 2009, 2010, 2011 e 2012 – respectivamente, de 5%, 4,5%, 4,5% e 4,3%.

Ao comentar a evolução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado pelo governo como parâmetro para as metas de inflação, Meirelles informou que o núcleo desse índice (excluídos os preços dos

alimentos e dos preços administrados) foi de 5,38% nos últimos 12 meses, o que comprova a atual tendência de alta. O centro da meta inflacionária para este ano é de 4,5% e o teto, de 6,5%.

Meirelles debateu com os senadores as diretrizes, implementação e perspectivas da política monetária, observando que a previsão dos analistas de mercado demonstra a confiança quanto ao cumprimento das metas inflacionárias.

– Isso mostra que eles confiam na ação das autoridades monetárias para que haja uma convergência entre a inflação futura e as metas inflacionárias – frisou Meirelles, para quem a alta generalizada de preços é um fenômeno mundial e tem sido influenciada, entre outros fatores, pelo aumento dos pre-

ços internacionais de *commodities* e alimentos.

Para Meirelles, é importante que os formadores de preço e os empresários tenham segurança de que o Banco Central está comprometido a fazer o que for necessário para assegurar uma inflação no centro da meta já em 2009. A população também “não deve ter dúvidas de que a instituição responderá vigorosamente a mudanças no cenário da inflação”, afirmou.

– O Banco Central entende que não há vantagens em conviver com taxas mais elevadas – disse o presidente do BC, salientando que a inflação tem custo para a população, principalmente a de baixa renda, além de provocar deterioração do salário e do crescimento econômico.

Ao defender medidas para

conter a alta de preços – como as recentes elevações da taxa básica de juros, atualmente em 12,25% ao ano –, Meirelles ressaltou que um dos “custos mais importantes da inflação” recai sobre o poder de compra dos salários.

O presidente do BC enfatizou que o salário real deve ser preservado não apenas porque se trata do poder de compra da população, mas também porque sua queda reduz as vendas e a produção. Ele acrescentou que, com inflação alta, há desorganização econômica, incerteza e queda dos investimentos.

Segundo Meirelles, a atividade econômica e o consumo das famílias apontam que o Brasil está em trajetória de crescimento sustentável, decorrente, disse, da estabilidade.



À mesa, Anthero Meirelles, Mário Mesquita, Henrique Meirelles, Aloizio Mercadante, Garibaldi Alves, Maria Celina Arraes e Alvir Hoffmann durante audiência na CAE

## Investimento estrangeiro atinge o maior valor já registrado

O investimento estrangeiro direto líquido alcançou em maio US\$ 38 bilhões (resultado acumulado nos últimos 12 meses até essa data), “o maior valor registrado até hoje”, segundo Henrique Meirelles.

– Isso é um sinal da confiança que há na economia brasileira – ressaltou.

O presidente do Banco Central disse que os investimentos estrangeiros diretos vêm se mantendo em um “patamar elevado e crescente”.

– Na medida em que a economia brasileira está mais sólida e estável, as empresas aumentam sua capacidade produtiva no país para atender à demanda doméstica e às exportações.

Durante a apresentação que fez à CAE, Meirelles citou outros dados macroeconômicos que, de acordo com ele, comprovam o “dinamismo” brasileiro em relação ao exterior, como o aumento das reservas internacionais, que, no início de julho, alcançaram cerca de US\$ 203

bilhões, e a situação da dívida externa líquida do Brasil, que atualmente é negativa no montante de US\$ 16 bilhões.

– Ou seja, o país, hoje, é credor líquido internacional – afirmou, acrescentando que, com a queda do risco-país, diminuem os custos de captação de empréstimos no exterior.

Meirelles destacou a diversificação, nos últimos anos, das exportações. Informou ainda que, nos 12 meses que vão até julho de 2008, a União Européia foi responsável por 24,9% das exportações brasileiras; a América Latina, 22,6%; os Estados Unidos, 14%; a Ásia (excluindo o Oriente Médio), 16%; e “outros”, 21%.

O presidente do BC comparou esses dados com os dos 12 meses acumulados até junho de 2003, quando os Estados Unidos eram responsáveis por 24,3% das exportações e a América Latina respondia por 15,9%. As outras regiões não apresentaram mudanças significativas.

## Mercadante: escândalo do Opportunity poderia ser evitado

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse durante a audiência que estranhou o fato de o Banco Central não ter adotado medidas para evitar o escândalo do Banco Opportunity. Para Mercadante, se o BC tivesse acionado a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as fraudes poderiam ter sido evitadas.

O parlamentar ainda considerou um desafio o governo conter a inflação e, ao mesmo tempo, manter a economia em crescimento, além de realizar pesados investimentos no setor social. Uma das saídas propostas por Mercadante para combater a inflação é a adoção de maior rigor no superávit primário.

– Essa é a pressão inflacionária mais forte das últimas décadas – alertou.

Os demais senadores presentes à reunião manifestaram preocupação com o possível

retorno da inflação. Segundo Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apesar de o Banco Central estar tomando medidas para manter os preços sob controle, o fato é que a importação da inflação externa, com a elevação dos preços das *commodities*, vem causando mal-estar na economia.

O senador Marco Antonio Costa (DEM-TO) observou que a inflação atinge principalmente os mais pobres, enquanto Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou que “o dragão da inflação volta a assustar”.

Já Osmar Dias (PDT-PR) pediu ao presidente do BC medidas urgentes para que os preços dos insumos agrícolas que entram no país, a exemplo dos fertilizantes, sejam controlados.

Também participaram dos debates na CAE os senadores Jefferson Praia (PDT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Adelmir Santana (DEM-DF) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

## CAE examinou 70 proposições no semestre; 61 foram aprovadas

Na reunião de ontem, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante, apresentou balanço das atividades do colegiado no primeiro semestre do ano. Conforme disse, das 70 proposições apreciadas, 61 receberam voto favorável

e nove foram rejeitadas. No período, a CAE realizou 11 reuniões de trabalho e nove audiências públicas.

Entre as matérias aprovadas, Mercadante destacou os projetos que tratam dos crimes cometidos com o uso da informática (PLC 89/03, PLS 76/00 e

PLS 137/00) e a proposta que incentiva os produtores rurais que substituírem sistemas extensivos de criação de gado por processos intensivos (PLS 474/07). Ele também ressaltou a aprovação do projeto (PLS 95/08) que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento de

Museus.

Mercadante lembrou ainda, entre as audiências, os debates sobre os critérios para a repartição dos *royalties* do petróleo e sobre a metodologia de contagem populacional adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Iniciativa aprovada pela Comissão do Meio Ambiente determina que registro será feito exclusivamente nos departamentos de trânsito



Márcia Kalume

Flexa Ribeiro (3º à esquerda) apresenta parecer favorável a proposição que evita a inscrição dos contratos fiduciários em cartório; César Borges (3º à direita) propõe debate sobre obras irregulares

## Projeto dispensa registro em cartório da compra de carro

O REGISTRO DE contrato de aquisição do veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito, segundo estabelece projeto de lei do senador licenciado Edison Lobão (PMDB-MA) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

O objetivo da proposta (PLS 437/07), segundo o senador, é "assegurar aos consumidores o direito, que vem sendo violado", de registrar os contratos de alienação fiduciária de veículos somente nos órgãos do Departamento de Trânsito

(Detran), "uma vez que é ilegal a exigência de registro também nos cartórios".

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), observou que a medida é justa, uma vez que a exigência do registro do contrato em cartório também onera desnecessariamente o consumidor.

Para tornar mais claro que o registro no Detran é suficiente para garantir o contrato, Flexa Ribeiro apresentou uma emenda ao projeto determinando que uma via do contrato de alienação fiduciária seja obrigatoriamente entregue pelo credor ao devedor, como prova e garantia da compra e venda.

A CMA aprovou ainda Proposta de Fiscalização e Controle 1/08, de autoria do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), para verificar convênios celebrados entre cartórios e repartições de trânsito que visam obrigar os consumidores a registrar em cartório os contratos de alienação fiduciária com garantia real.

Em seu relatório, Arthur Virgílio (PSDB-AM) diz que o registro adicional dos contratos é uma mera tentativa de aumentar artificialmente os ganhos dos cartórios. Para o senador Augusto Botelho (PT-RR), essa proposta de fiscalização torna-se inócua diante da aprovação do projeto pela comissão.

## Comissão vai debater medidas para reduzir fraude em obras

Com o objetivo de debater medidas destinadas a diminuir a ocorrência de irregularidades em obras públicas, a Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem proposta do senador César Borges (PR-BA) para a realização de audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar, e com o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage.

Por sugestão de Gilberto Goellner (DEM-MT), também serão convidados os presidentes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

O colegiado acolheu ainda requerimento de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) para audiência sobre o patrimônio ferroviário supostamente abandonado pela concessionária América Latina Logística (ALL) no Rio Grande do Sul.

Quintanilha informou que a comissão recebeu representação do Ministério Público Federal e de políticos de Santo Ângelo (RS) a respeito do descumprimento do termo de ajustamento de conduta (TAC) entre a ALL e o MP. Serão convidados representantes do Ministério Público, da concessionária e da Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT).



Leopoldo Silva

Comissão vai elaborar documento sobre o que viu em Belém, diz Flexa

## Flexa Ribeiro relata visita a Santa Casa

O surto de óbitos de bebês na Santa Casa de Misericórdia de Belém foi atribuído, por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao mau gerenciamento das autoridades estaduais.

Segundo o senador, presidente da comissão externa do Senado destinada a apurar as causas da mortalidade na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal do hospital, o índice de mortes já atinge a "impressionante marca" de 56% (cerca de 300) do número de bebês que chegaram àquela UTI em 2008.

Flexa Ribeiro adiantou que a comissão externa vai apresentar um relatório circunstanciado sobre a visita. O relator será Papaléo Paes (PSDB-AP). O documento será encaminhado ao Ministério da Saúde.

O parlamentar isentou de culpa o corpo técnico do hospital e elogiou os relatórios do Conselho Regional de Medicina e dos sindicatos dos médicos do Pará, contendo informações de interesse da comissão.

– As causas do problema na Santa Casa são superlotação, falta de estrutura, falta de pessoal e indícios de infecção hospitalar – concluiu.

## César Borges lamenta ida de fábrica da Toyota para SP, em vez da Bahia

César Borges (PR-BA) lamentou a decisão da montadora automotiva Toyota de instalar sua nova fábrica no município paulista de Sorocaba, pondo fim a uma expectativa da Bahia e de outros estados do Nordeste de sediar essa unidade industrial.

Segundo o senador, o fechamento de questão sobre a fábrica reforça a tese de que "a atração gravitacional econômica de São Paulo é muito forte e que, caso não haja uma política fiscal diferenciada que possa empurrar as indústrias para os estados do Nordeste, dificilmente teremos como comemorar investimentos da ordem de US\$ 700 milhões, como é esse da Toyota".

Para César Borges, uma forma de reduzir a desigualdade em relação

ao Nordeste e a estados periféricos seria a adoção de uma política de incentivos desonerando empresas, definitivamente, do ICMS e de impostos e contribuições federais. Ele lembrou ter sido por meio de uma lei especial de concessão de incentivos fiscais que o estado da Bahia conseguiu que a Ford se instalasse em seu território.



Foto de Márcia Kalume

César Borges cobra nova política de incentivo

## "Tornar realidade Estatuto da Criança e do Adolescente é desafio", afirma Arns

Flávio Arns (PT-PR) afirmou ontem que o grande desafio do Brasil é transformar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em realidade. Sancionado em julho de 1990, a legislação completou 18 anos, comemorados em sessão solene do Congresso no último dia 10.

– Eu diria que todos nós devemos fazer uma análise crítica do estatuto. Quantos dizem que o estatuto é um instrumento avançado



Moreira Mariz

Flávio Arns recomenda uma análise crítica da legislação

"proeza rara na história do país", ao favorecer a formação de uma rede em defesa da criança e do adolescente.

para a nossa realidade? Porém, podemos contra-argumentar que, se nossa realidade fosse tão avançada, não precisaria de estatuto.

Arns leu texto da coluna Opinião, do jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, intitulado "Dezoito anos na lida". O artigo sustenta que o estatuto conseguiu uma

Geovani Borges pede apoio à PEC que torna Libras um meio legal de comunicação



Moreira Mariz

## Geovani quer valorizar a língua de sinais

Geovani Borges (PMDB-AP) pediu o apoio dos senadores à proposta de emenda à Constituição de sua autoria que eleva a Língua Brasileira de Sinais (Libras) à condição de "meio legal de comunicação e expressão". A proposição (PEC 29/08) prevê ainda o ensino da língua portuguesa por meio de expressões e sinais, de modo a adaptar o currículo das escolas às pessoas com deficiência auditiva.

Segundo o senador, a Constituição declara a prevalência dos direitos humanos, imputando ao Estado o dever de garantir a todos o exercício pleno dos direitos culturais.

– Mas o que significa tudo isso para as centenas de milhares de surdos, cuja língua não tem o reconhecimento constitucional? Referimos especificamente àqueles que nasceram surdos e que, por absoluta impossibilidade sensorial, desconhecem os fundamentos e os valores das culturas centradas na fala e na audição – argumentou, lembrando que a Libras já possui *status* de língua por possuir fonologia, morfologia e sintaxe específicas.